

## Parcerias com setor privado ajudam Copasa a crescer

**Cesar Felício**

De Belo Horizonte

Empresa deficitária há sete anos, a mineira Copasa, controlada pelo governo do Estado, registrou este ano um lucro líquido de R\$ 241 milhões no primeiro semestre e estabeleceu as primeiras parcerias com a iniciativa privada para expandir a sua atuação. A Copasa adquiriu 20% de uma sociedade de propósito específico criada pela Foz do Brasil, nova denominação da Odebrecht Engenharia Ambiental. A SPE irá montar e operar, por 15 anos, a captação de água e tratamento de efluentes da fábrica de tubos que a Vallourec & Sumitomo está montando no município de Jeceaba (MG).

A compra dessa participação envolveu um desembolso relativamente pequeno: R\$ 20 milhões. Mas tem peso estratégico. "Estabelecemos um acordo para sermos parceiros da Odebrecht na busca por outros clientes privados, em operações semelhantes à de Jeceaba, e também para participar de futuros leilões de concessão de água e esgoto", afirmou o presidente da Copasa, Márcio Nunes, profissional com origem no setor elétrico, no comando da empresa desde 2005.

Segundo Nunes, a parceria com a Foz do Brasil não é a única entre a Copasa e empresas privadas. Um acordo da mesma natureza foi fechado com a empreiteira mineira Cowan. E a Copasa espera obter um contrato de prestação de serviços a longo prazo com siderúrgicas, que em geral coletam água e tratam efluentes por conta própria. As conversas já te-

riam sido iniciadas com a Usiminas, que tem sua principal usina de aço em Ipatinga (MG). Procurada pelo Valor, a siderúrgica informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a decisão em terceirizar a atividade não está tomada e que não há neste instante negociações em curso.

O executivo acredita que, a médio prazo, os leilões de concessão de serviços municipais tendem a ser retomados e a Copasa já estabeleceu como norma que só participará de licitações fora de Minas Gerais como minoritária em consórcios. É uma maneira de evitar possíveis problemas judiciais, dado o fato de ser controlada por um governo estadual, e também uma aposta na reciprocidade: a empresa não gostaria de disputar com outras estaduais, como Sabesp e Sanepar, eventuais leilões de concessões dentro de Minas Gerais.

Criada no contexto do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) nos anos 70, como todas as demais empresas estaduais de água e esgoto, a Copasa recebeu uma guinada em 2003, quando se iniciou o mandato do governador Aécio Neves (PSDB). Aécio indicou para comandar a empresa Mauro Ricardo Machado Costa, atual secretário estadual de Fazenda em São Paulo. Mauro Ricardo ficou no cargo por dois anos, até a eleição de seu mentor político, o atual governador paulista José Serra (PSDB), para a prefeitura de São Paulo.

A partir de então, a Copasa passou a ser gerida como uma empresa privada: uma rigorosa política de cortes fez com que a

inadimplência de contas se tornasse residual: em junho deste ano representava apenas 1,57% das ligações. Aumentos tarifários se sucederam e os empregados do setor passaram a cumprir metas individuais de desempenho. "Deixamos de ter a pretensão de agradar a todos, porque foi implantado o rigor da administração privada", afirmou Nunes. O ano de 2002, ainda no governo de Itamar Franco, foi o último em que a empresa apresentou prejuízo. Não houve descontinuidade na gestão com a substituição de Mauro Ricardo por Márcio Nunes. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio anual da receita operacional líquida foi de 16%.

Este ano, o ritmo do crescimento deverá registrar desaceleração, caindo para 10%, resultado que não tem relação com a crise econômica global. Uma liminar judicial concedida no início do ano impediu um reajuste de 9,05%, enquanto não fosse criada e instalada a agência estadual reguladora de saneamento.

O projeto que criou a agência reguladora teve tramitação lenta na Assembleia Legislativa e só foi aprovado na segunda quinzena de julho, às vésperas do recesso. Para aplicar o reajuste tarifário, que não será retroativo, a Copasa precisa esperar a aprovação legislativa dos diretores da agência e a posse, o que não deve ocorrer antes de meados de setembro. O reajuste assim só seria possível a partir de outubro. "Isso deve representar uma perda de receita da ordem de R\$ 100 milhões este

ano, o que corresponde a cerca de 10% do nosso investimento”, disse o diretor financeiro da empresa, Ricardo Simões.

“Projetávamos crescimento da receita de 15% para 2009. Com este problema, devemos obter um aumento de 10%”, afirmou Nunes. A se confirmar a projeção, o faturamento da Copasa deve atingir R\$ 2,2 bilhões. No ano passado, a empresa teve receita operacional líquida de R\$ 2,060 bilhões e no primeiro semestre deste ano recebeu R\$ 1,07 bilhão por conta da prestação de serviços.

Segundo Simões, três fatores contaram para atenuar o efeito da falta de reajuste no balanço da empresa: a expansão da rede física, com 336 mil novas ligações de água e 700 mil novas ligações de esgoto nos últimos 12 meses, a valorização do real frente ao dólar — o que diminuiu o gasto com dívida em moeda estrangeira — e o aumento do percentual destinado a dividendos, que atingiu 35% sobre o lucro líquido. Esta mudança contábil gerou um benefício fiscal da ordem de R\$ 20 milhões no semestre.

Simões afirma que a falta de reajuste não teve impacto na política de investimentos da com-

panhia. Do R\$ 1,045 bilhão previsto para este ano, R\$ 411 milhões foram aplicados no primeiro semestre. A área de esgoto foi a que teve a aplicação mais baixa. Dos R\$ 674 milhões reservados para todo o ano, R\$ 196 milhões foram investidos nos primeiros seis meses. “A baixa aplicação no primeiro semestre se deve ao ritmo de chuvas muito intenso, o que prejudica sobretudo as obras de esgoto. Isto já era esperado”, disse.

A principal consequência da falta de reajuste, segundo o diretor financeiro da Copasa, poderá se refletir na tomada de crédito para operações futuras da concessionária. Para este ano e para o próximo, as fontes de financiamento já estão garantidas. A empresa ainda pode embolsar R\$ 1 bilhão na Caixa Econômica Federal e ao BNDES — as linhas já estão aprovadas. Para 2011, negocia empréstimo internacional, no valor de € 100 milhões, com a agência governamental alemã KfW, para saneamento da bacia do rio Paraopebas, e também aguarda R\$ 400 milhões do Ministério das Cidades para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No curto prazo, a Copasa tenta expandir a coleta de esgoto em

Minas Gerais, proporcionalmente muito baixa: apenas uma em cada três residências do Estado conta com a coleta da empresa estadual. Dos 611 municípios em que atua, a empresa não possui a concessão de esgoto em 417. Nunes atribui este quadro à resistência política entre os prefeitos, ainda que a empresa cobre pelo esgoto 60% da tarifa que pratica pela água. “Não temos lucro com a operação de esgoto, apenas com a da água. Mas concentramos nosso investimento na expansão da coleta de resíduos, pelo compromisso ambiental que temos. O que a Copasa não pode é perder dinheiro, e isso a água nos garante”, disse o executivo.

A situação do saneamento básico em Minas torna-se ainda mais complexa pela falta de investimentos dos departamentos municipais, que atendem a mais de 200 cidades no Estado, na expansão do serviço. A Copasa não conta com a concessão de diversas cidades de grande e médio porte no Estado, como Sabará, Nova Lima, Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora, Governador Valadares, Poços de Caldas e Sete Lagoas, entre outras.

## Valor Econômico - SP

Parcerias com setor privado ajudam Copasa a crescer

Caderno: 1º Caderno - Página: A10

Publicado: 21-08-2009

### Receita operacional líquida

Em R\$ bilhões



### Lucro líquido

R\$ milhões

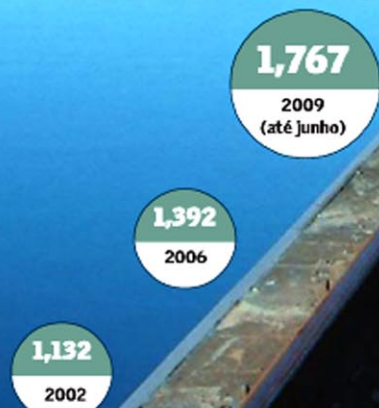


**62%** dos habitantes de Minas Gerais (12,4 milhões de pessoas) recebem água da Copasa

**R\$ 1,04 bi** é o total de investimentos previstos em 2009

### Esgoto

Ligações domiciliares - Em milhões



### Água

Ligações domiciliares - Em milhões



Fonte: Copasa